

Parlamento de saberes: a atuação de cientistas sociais nos debates na Câmara dos Deputados como uma forma de serviço público

Antonio Teixeira de Barros

Centro de Formação da Câmara dos Deputados (CEFORD) Brasília, DF – Brasil

Partindo da noção de intelectuais do campo das Ciências Sociais como intérpretes do mundo social e da política, o artigo tem como foco analítico a participação de cientistas sociais em debates políticos promovidos pela Câmara dos Deputados por meio das audiências públicas. O enfoque teórico adotado é o da Sociologia Política. Os debates são entendidos aqui como uma forma de serviço público prestado pelos pesquisadores convidados, a partir do compartilhamento de conhecimentos especializados no âmbito da agenda legislativa. As audiências públicas constituem um importante instrumento de trocas argumentativas e fontes de informação para subsidiar as decisões dos parlamentares. Para tanto, foram entrevistados antropólogos, cientistas políticos e sociólogos que participaram de debates no contexto legislativo ou que acompanham tais discussões. As conclusões indicam um olhar crítico desses atores, focado em duas abordagens: (a) os impactos e efeitos positivos do uso da *expertise* intelectual no campo político; e (b) nas suas limitações, devido à superficialidade e uso instrumental dos debates, principalmente no caso das audiências públicas.

Palavras-chave: debates legislativos, audiências públicas, Poder Legislativo

DOI: 10.21874/rsp.v71i2.3325 | ISSN: 0034-9240 | E-ISSN: 2357-8017

[Artigo recebido em 20 de junho de 2018 e aceito em 10 de dezembro de 2019.]



Parlamento de saberes: la actuación de científicos sociales en los debates en la Cámara de los Diputados como una forma de servicio público

Partiendo de la noción de intelectuales del campo de las Ciencias Sociales como intérpretes del mundo social y de la política, el artículo se centra en la participación de los científicos sociales en los debates políticos promovidos por la Cámara de Diputados por medio de audiencias públicas. El enfoque teórico adoptado es el de la sociología política. Los debates se entienden acá como una forma de servicio público prestado por los investigadores invitados, a partir del intercambio de conocimientos especializados en el marco de la agenda legislativa. Las audiencias públicas constituyen un importante instrumento de intercambios argumentativos y fuentes de información para subsidiar las decisiones de los parlamentarios. Para ello, fueron entrevistados antropólogos, científicos políticos y sociólogos que participaron de debates en el contexto legislativo o que acompañan tales discusiones. Las conclusiones indican una mirada crítica de estos actores, enfocada en dos abordajes: (a) los impactos y efectos positivos del uso de la experiencia intelectual en el campo político; y (b) en sus limitaciones, debido a la superficialidad y el uso instrumental de los debates, principalmente en el caso de las audiencias públicas.

Palabras clave: debates legislativos, audiencias públicas, Poder Legislativo

Parliament of knowledge: the role of social scientists in debates in the Chamber of Deputies as a form of public service

Starting from the notion of intellectuals from the Social Sciences field as interpreters of the social world and politics, the article focuses on the participation of social scientists in political debates promoted by the Chamber of Deputies through public hearings. The theoretical approach adopted is that of Political Sociology. The debates are understood here with a form of public service provided by the invited researchers, from the sharing of expertise within the legislative agenda. Public hearings are an important tool for argumentative exchanges and sources of information to support the decisions of parliamentarians. To that end, anthropologists, political scientists and sociologists who participated in debates in the legislative context or accompanying such discussions were interviewed. The conclusions indicate a critical view of these actors, focused on two approaches: (a) the impacts and positive effects of the use of intellectual expertise in the political field; and (b) in its limitations, due to the superficiality and instrumental use of the debates, especially in the case of public hearings.

Keywords: legislative debates, public hearings, Brazilian Legislature

Introdução

O parlamento constitui essencialmente um órgão de mediação política entre o Estado e as diversas instâncias da sociedade civil (Weber, Arendt, Durkheim, Habermas). Nas diferentes formas de mediação, destacam-se os debates sobre os temas da agenda legislativa. A promoção de tais discussões é entendida como um serviço público especializado, ancorado em informações e conhecimentos de várias áreas especializadas. Um exemplo disso são as audiências públicas e os seminários temáticos, que funcionam como fóruns para trocas argumentativas entre os parlamentares e diferentes interlocutores da sociedade. A participação de especialistas é vista como uma forma de prestação de serviço público tanto ao parlamento quanto à sociedade que será afetada pelas decisões legislativas.

Com base nesses pressupostos mais amplos, o objetivo do artigo é analisar a percepção dos cientistas sociais sobre as eventuais contribuições e limitações da participação de representantes da *expertise* intelectual do referido campo nos debates promovidos pela Câmara dos Deputados. A justificativa para tal enquadramento decorre de levantamento empírico preliminar de que há uma expressiva presença de antropólogos, sociólogos e cientistas políticos nas audiências públicas, seminários e demais eventos destinados a discutir temas relacionados a assuntos como eleições, reforma política, direitos humanos, segurança pública, educação, saúde, meio ambiente, cultura, juventude, entre outros.¹

A análise parte da noção de Bauman (2010) de que os intelectuais do campo das Ciências Sociais atuam como intérpretes do mundo social e da política, cujo discurso é pautado pela racionalidade crítica, que alberga as controvérsias e as lógicas contraditórias para a formação de regimes de verdade. Tanto os cientistas sociais quanto os atores políticos, ao participarem do debate político, acionam variados princípios orientados para a formação de opinião, posto que os regimes de reforço ou de conversão de opinião são inerentes às atividades políticas (ARENDR, 2000). Ademais, tanto a política quanto as Ciências Sociais operam com um tipo próprio de verdade, que não tem pretensão de validade universal, embora haja o objetivo de persuasão. É o que Giddens (2009) define como *verdade hermenêutica*, entendida como aquela que é aberta à discussão e ao pluralismo, isto é, passível de controvérsias, devido às várias possibilidades de interpretação.

Cada área de conhecimento opera com regimes específicos de verdade, segundo as análises de Hannah Arendt (2000) e Anthony Giddens (1995). As Ciências Exatas e as Ciências da Natureza, por exemplo, operam com verdades monológicas, em razão da estabilidade e duração dos fenômenos científicos observados. Dessa observação derivam leis e padrões que orientam o fazer científico em termos de longa duração. Ao contrário, tanto a política quanto as Ciências Sociais lidam com fenômenos multifacetados, plurais e polissêmicos, que estão em permanentes transformações, o que impede que sejam ancoradas em teorias monológicas, mas em abordagens diversificadas e às vezes até contraditórias. O foco da análise aqui proposta é, portanto, a participação de cientistas sociais nos debates legislativos.

Antes da análise apresentamos uma breve abordagem sobre a *expertise* intelectual das Ciências Sociais e suas possíveis contribuições nas arenas de debate político, a partir da perspectiva teórica de Zigmunt Bauman, Jürgen Habermas, Pierre Bourdieu e de outros autores que tratam de questões relacionadas à atuação de cientistas sociais na esfera pública, em especial no debate político. Na sequência, a fim de tornar mais claros os procedimentos metodológicos adotados, incluímos uma seção metodológica com a descrição detalhada da pesquisa.

A expertise intelectual das Ciências Sociais e as arenas de debate político

Segundo Chauí (2006, p. 20), para serem reconhecidos como tais, os intelectuais devem atender a alguns requisitos, como pertencer a um campo intelectualmente autônomo, independente do poder religioso, político e econômico. Além disso, precisam respeitar as leis particulares desse campo. Precisam ainda “manifestar sua perícia e autoridade específicas numa atividade política exterior ao campo particular de sua atividade intelectual”. Precisam ainda “permanecer produtores culturais em tempo integral sem se tornar políticos. Apesar da antinomia entre autonomia e engajamento, é possível mantê-los simultaneamente”, tendo em vista sua vocação para intervir criticamente no espaço público (CHAUÍ, 2006, p.20).

Bauman (2010) ressalta que essa vocação intelectual no campo das Ciências

Sociais não é estanque e apresenta diferentes configurações ao longo do tempo. Com base nesse pressuposto, o autor trata de dois tipos históricos de intelectuais: os *intelectuais legisladores* e os *intelectuais intérpretes*. Para o autor, o *intelectual legislador*, típico da modernidade, tinha a função de árbitro nos casos de controvérsias e opiniões divergentes. Tais intelectuais eram portadores de uma autoridade legitimada pelo próprio conhecimento, que lhes permitia chegar a um “juízo moral válido”. Exerciam, portanto, um papel decisivo para a manutenção e o aperfeiçoamento da ordem social. Além disso, atuavam como metaprofissionais, “responsáveis pela formulação de regras de proceder e pelo controle de sua aplicação correta”, o que implicava a validação ou invalidação de crenças sustentadas em vários momentos da sociedade (p. 20). O *intelectual intérprete*, por sua vez, típico da era pós-moderna, exerce o papel de “facilitar a comunicação entre indivíduos, atuando como uma espécie de negociador” (BAUMAN, 2010, p. 20).

Apesar da distinção entre os dois tipos de intelectuais, o autor ressalta que a estratégia pós-moderna não implica o fim ou a eliminação da moderna. “Ao contrário, ela não pode ser concebida sem a continuação desta última”, numa dinâmica de interdependência entre os *intelectuais parciais* e os *intelectuais gerais*, vistos pela opinião pública como *homens de conhecimento*:

Ao mesmo tempo em que a estratégia pós-moderna envolve o abandono das ambições universalistas da própria tradição dos intelectuais, ela não desdenha as ambições universalistas dos intelectuais quanto à sua própria tradição; eles mantêm aqui sua autoridade metaprofissional, legislando sobre as regras de procedimento que possibilitam arbitrar controvérsias de opinião e fazer afirmações de vocação vinculante (BAUMAN, 2010, p. 21).

Uma das funções dos cientistas sociais na atualidade, segundo Bauman, seria “lutar contra absolutismos parciais locais com a mesma energia com a qual seus predecessores lutaram por um absolutismo ‘imparcial’ universal” (BAUMAN, 2010, p. 179). O autor argumenta que, “em um mundo pluralista não há nenhum sistema incontestado de definição da realidade”. Caso contrário, “o mundo pluralista se transformaria em um absolutismo múltiplo” (BAUMAN, 2010, p. 178). O conhecimento especializado e as habilidades discursivas são dois aspectos destacados por Bauman em termos de atuação dos intelectuais como mediadores de controvérsias e agentes de um *consenso competente*, por meio da conversação civilizada. “A arte da conversação civilizada é algo de que o

mundo pluralista necessita com premência. Ele só pode negligenciar essa arte às suas expensas. Conversar ou sucumbir” (BAUMAN, 2010, p. 197).

Independentemente da acepção utilizada e do contexto, o fato é que, segundo Bauman, é inegável a responsabilidade moral dos intelectuais do campo das Ciências Sociais, vistos como *homens de conhecimento*. Visão compartilhada por Almeida (2015, p. 266), que defende a função contemporânea das Ciências Sociais, que consiste em “desvelar as aparências em busca daquilo que produz a aparência”. Por essa razão e devido à sua vocação intelectual crítica, além de agenciadora de uma racionalidade coletiva, “a Ciência Social tem o papel de afirmar a verdade contra a inverdade, e julgar o que é injusto e o que é justo. Essa é uma atividade crítica, que é sempre possível mesmo quando não sabemos mais precisamente o que por no lugar do que existe” (p. 267). Em suma, como resume Tanguy (2012, p. 39), trata-se de uma forma de “mobilizar conhecimentos para agir racionalmente sobre o mundo social”.

Controvérsias ocorrem nas dinâmicas alimentadas pelo debate público, o qual pressupõe pluralismo, ou seja, a pluralização de universos divergentes de discursos (HABERMAS, 1999; 2002). As múltiplas visões sobre uma mesma questão discutida na esfera pública devem se pautar, segundo a abordagem habermasiana, pela racionalidade comunicativa, ou seja, as controvérsias devem ser tratadas sem coerção moral, em um ambiente comunicativo capaz de instituir um consenso racionalmente construído. Isso implica um clima de debate no qual os participantes superem suas concepções inicialmente subjetivas e parciais em favor de um acordo racionalmente motivado (HABERMAS, 2002).

Em suma, nessa perspectiva, quanto mais livres e seguros os indivíduos se sentirem, no que se refere à exposição de seus argumentos, mais as controvérsias prosperam, levando ao que Bauman (2010, p. 177) denomina de “exacerbação das controvérsias” ou “a pluralidade histórica das verdades”. Afinal, complementa: “em um mundo pluralista, não há nenhum sistema incontestado de definição da realidade” (p. 178). Por outro lado, o autor alerta para o risco de o pluralismo se transformar em absolutismo múltiplo, ou seja, as controvérsias são regidas por lógicas autoritárias de argumentação e construção de consensos.

Para que efetivamente haja pluralismo, segundo Bauman (2010), não basta a

coexistência de visões diferentes e um relativo clima de liberdade de opinião. O pluralismo, em sua visão, vai além disso:

O pluralismo é a existência de múltiplas estruturas de referência, cada qual com seu próprio esquema de compreensão e seus próprios critérios de racionalidade. Pluralismo é a coexistência de posições comparáveis e rivais que não se podem conciliar. Pluralismo é o reconhecimento de que diferentes pessoas e diferentes grupos vivem, literalmente, em mundos diferentes (BAUMAN, 2010, p.178).

Cada vez mais a esfera pública assume papel relevante nas dinâmicas de visibilidade e discutibilidade sobre denúncias e causas públicas, inserindo os diversos atores na construção argumentativa em torno das questões suscitadas pela repercussão das controvérsias. Isso favorece a formação de diversos tipos de *comunidades discursivas* e *comunidades de interesse*, que passam a mobilizar diferentes modalidades de recursos críticos em seus modos de apresentar suas críticas e justificações, nas diferentes cadeias de mediação proporcionadas pela atuação cada vez mais ramificada das mídias digitais. Afinal de contas,

En nuestras sociedades todos los actores disponem, en efecto, de capacidades críticas, y pueden movilizar, aunque sin duda de manera desigual según la situación, recursos críticos que ponen en práctica en el curso de sus actividades cotidianas. En ese sentido, estas sociedades pueden ser calificadas como sociedades críticas (BOLTANSKI, 2000, p. 260).

Bauman (2010, 2015) refere-se a uma crise nos debates públicos, com o “desaparecimento ou redução das arenas voltadas para a deliberação pública e política (2015, p.120). A despeito dessa crise, o autor aponta as Ciências Sociais como instâncias de saberes diretamente conectados à esfera pública e às experiências humanas. Assim, os cientistas sociais, com sua *expertise* discursiva e a perícia típica de quem consegue olhar para a realidade e seus contextos, podem contribuir para ampliar o foco dos debates, “num mundo saturado de opiniões que se opõem e que mutuamente corroem sua veracidade real ou suposta” (BAUMAN, 2015, p.105). Em perspectiva similar, Bourdieu (1998, p.11) também defende a inclusão da *doxa intelectual* na esfera pública. Em sua opinião “não há verdadeira democracia sem verdadeiro contrapoder crítico. O intelectual é um contrapoder, e de primeira grandeza”. Por essa razão,

creio que todo o mundo teria muito a ganhar se a lógica da vida intelectual, da

argumentação e da refutação, se estendesse à vida pública. Hoje, é a lógica da política, da denúncia e da difamação, da ‘sloganização’ e da falsificação do pensamento do adversário que se estende muitas vezes à vida intelectual (BOURDIEU, 1998, p.12).

O lugar de fala dos especialistas é associado a um *lugar neutro*, do ponto de vista discursivo (BOURDIEU; BOLTANSKI, 2008; PINTO, 2009; PINZANI, 2013). Para os autores, os chamados *lugares neutros* são espaços de produção discursiva abertos às controvérsias, sem adesão a uma perspectiva argumentativa determinada, a exemplo das universidades, institutos de pesquisa e similares. Interessa aos atores desses espaços a negação do caráter ideológico dos saberes por eles produzidos e suas respectivas representações do mundo. “São espaços criados para a troca de ideias, de informações e de temas entre agentes sociais dos campos mais diversos. Assumem a forma de colóquios, reuniões e comissões” (CHIARAMONTE, 2012, p. 92).

Convém ressaltar que confere maior legitimidade a tais discursos uma *prosa do mundo* considerada desideologizada e aberta às críticas e controvérsias. Trata-se dos espaços típicos da *doxa intelectual*, cuja legitimidade é reforçada exatamente pela negação do pensamento único e abertura ao pluralismo de perspectivas críticas. Conforme Pinzani (2013), os especialistas assumem vários avatares no debate público, seja como cientistas políticos, sociólogos, antropólogos etc. Pinzani (2013, p. 156) destaca ainda a função informativa dos *experts* nos debates públicos. “Em outras palavras: trata-se de abrir os olhos das pessoas para a realidade, para que tomem consciência dela”. Essa função informativa e de esclarecimento é realizada pelo *expert*, que informa os interessados sobre os interesses envolvidos, as questões subjacentes e os métodos mais adequados para a discussão, conforme critérios científicos objetivos.

O capital simbólico dos *lugares neutros* é a credibilidade técnica ou *expertocracia* (PINZANI, 2013). Por essa razão, os parlamentares costumam convidar especialistas para os debates legislativos por eles protagonizados. Aqui cabem algumas observações acerca dessa estratégia dos parlamentares de utilizarem argumentos de especialistas para legitimar o debate político, como parte do regime de opinião caracterizado pela racionalidade e discussão, o que confere o princípio de autoridade, com papel especial para os intelectuais nesse sentido (HABERMAS, 1994),

Cumprido ressaltar que os especialistas são convidados pelos deputados, o que já

indica que o conhecimento perito ou especializado (*expert knowledge*) pode ser utilizado para constituir *discursos fortes*², a fim de inspirar confiança pública no trabalho das comissões que promovem os debates. Afinal, os agentes do discurso especializado são portadores de um poder simbólico, cujo capital é a credibilidade técnica, respaldada pelas *lógicas adversárias* (KANT DE LIMA, 2010)³. O debate político, por sua vez, segundo a visão do autor citado, é pautado pela *lógica do contraditório*, cuja característica principal é a polarização entre teses. Isso difere do conhecimento científico, baseado na premissa de que é a *autoridade do argumento* e não o *argumento de autoridade* que define o destino das disputas. Como veremos adiante, os parlamentares recorrem à autoridade do argumento dos especialistas para reforçarem o argumento de autoridade deles próprios, como forma de controlar os debates políticos.

Por outro lado, Pinzani (2013) argumenta que, respaldado no discurso da tecnocracia ou na *expertocracia*,

o homem político que toma suas decisões com base no saber especializado dos experts não é responsável pessoalmente por elas, pois são a consequência lógica da aplicação prática de tal saber. Isso significa, em primeiro lugar, a despersonalização da política. O político se torna um simples técnico que reage a fatores externos ao adotar as medidas necessárias. Seu espaço de manobra é extremamente reduzido e seu lugar pode ser tomado, a qualquer momento e sem nenhum problema, por outro técnico – sob condição de que este disponha do mesmo saber que aquele (PINZANI, 2013, p. 160).

Nessa ordem de ideias, é oportuna uma breve menção aos conceitos de conhecimento perito e de *expertise*, posto que ambos permeiam a análise aqui proposta. O conhecimento perito (*expert knowledge*) é considerado parte integrante das sociedades modernas (GIDDENS, 1991). Esse tipo de conhecimento faz parte dos sistemas peritos, ou seja, “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje” (GIDDENS, 1991, p. 35). Segundo o autor, o funcionamento dos sistemas peritos requer confiança dos usuários na

² No sentido usado por Goffman (1974) e Bourdieu (1998), ou seja, um discurso a serviço da ordem dominante, a fim de legitimar e manter situações sociais, políticas ou econômicas.

³ Trata-se das lógicas típicas do debate acadêmico, pautado pelo debate racional e divergente. São as lógicas de produção de verdades fundadas “em consensos provisórios sobre fatos que se constroem pela reflexão e a explicitação das diferentes perspectivas dos envolvidos, em processo de argumentação demonstrativa, que visa ao convencimento de todas as partes legítimas envolvidas” (KANT DE LIMA, 2010, p. 29).

autenticidade do conhecimento perito que eles aplicam, algo que as pessoas não podem, em geral, conferir por si próprias. Há, portanto, um elemento de fé ou crença pública no funcionamento de tais sistemas por parte da população. Como afirma Giddens, o que existe é uma fé em princípios técnicos e impessoais que regem o funcionamento desses sistemas abstratos, não necessariamente nas pessoas que realizam as tarefas necessárias para o funcionamento dessas atividades. Para Giddens, “a natureza das instituições modernas está profundamente ligada ao mecanismo de confiança em sistemas abstratos” (1991, p. 87).

A *expertise* está diretamente vinculada aos sistemas peritos e ao conhecimento especializado. Trata-se de “um atributo ao mesmo tempo individual e social” (TOKUMOTO; FILIPI, 2018, p. 221). Além disso, complementam os autores: a *expertise* “é específica de um domínio e de um contexto. Ser especialista significa ser especialista em algo” (p. 223). Isso significa que a *expertise* faz parte de um corpo de conhecimento especializado que define os saberes peritos, o capital intelectual e a autoridade profissional (REAY, 2007). O processo de aquisição de *expertise* é relacional e socialmente construído, fruto de um intenso processo de socialização e internalização de paradigmas, práticas e experiências (COLLINS; EVANS, 2007). O capital de *expertise* e perícia profissional permite aos especialistas acesso a espaços privilegiados de atuação profissional, a exemplo dos debates legislativos, e isso capitaliza e legitima ainda mais sua *expertise*, revertendo-se em reconhecimento público (VECCHIOLI, 2009).

Questões metodológicas

Definido o escopo teórico, convém descrever as estratégias metodológicas utilizadas. Além da pesquisa bibliográfica, foi realizada uma pesquisa documental que resultou no levantamento sobre a quantidade de cientistas sociais que participaram de audiências públicas e seminários temáticos realizados pelas comissões permanentes da Câmara dos Deputados no período em estudo (2000-2017). Os dados foram fornecidos pelo Departamento de Comissões (Decom), após solicitação por e-mail. Os dados pesquisados compreendem os seguintes aspectos: quantidade de cientistas sociais que participaram dos debates no período; sexo; área de formação; e tema dos debates. Esses dados estão sistematizados na parte inicial da análise dos dados, nos Quadros 1 e 2.

Após o levantamento de dados, realizamos um total de 35 entrevistas em duas etapas e com dois públicos distintos. Primeiramente foram realizadas 10 entrevistas estruturadas com servidores da Câmara que trabalham diretamente com a organização dos debates promovidos pelas comissões permanentes, principalmente as audiências públicas e os seminários legislativos (Apêndice 1). O objetivo dessa primeira fase das entrevistas foi compreender os critérios de seleção dos cientistas sociais convidados para os debates legislativos. O critério de seleção dos servidores foi um tempo mínimo de cinco anos de trabalho numa comissão permanente, na área de preparação e realização dos eventos (audiências públicas e seminários temáticos). Devido à natureza das informações e o vínculo institucional, o acordo com os servidores entrevistados foi de garantia de anonimato.

A inclusão desses servidores se justifica pelo elevado nível de envolvimento deles nas atividades das comissões que promovem os debates. Tais servidores são agentes burocráticos que atuam nos bastidores político-institucionais, mas nem por isso são desprezíveis do ponto de vista de uma pesquisa qualitativa de natureza compreensiva. Aliás, convém lembrar aqui a perspectiva de Bourdieu (2011) sobre o campo burocrático e a formação dos **espíritos de Estado**, uma vez que, para o autor, a burocracia também é uma estrutura política e exerce importante papel, especialmente nos parlamentos, como mostram estudos específicos sobre as assessorias de instituições legislativas (CARLOMAGNO, 2019).

A segunda etapa de entrevistas foi realizada com 25 cientistas sociais que participaram de debates legislativos. Nesse caso as entrevistas semiestruturadas foram realizadas em diversas circunstâncias, em função das próprias dinâmicas de participação dos cientistas sociais nos eventos e, também, pela dificuldade de acesso direto a eles. Mesmo assim, foram realizadas algumas entrevistas presenciais, durante os próprios eventos (5). As demais foram aplicadas conforme a preferência dos entrevistados, ou seja, por telefone (2) ou por e-mail (18). As entrevistas foram realizadas no final de 2016 e início de 2017 (Apêndice 2), com o objetivo de apreender as percepções dos próprios atores desse debate. No caso dos cientistas sociais, nenhum dos entrevistados pediu anonimato. O critério de seleção foi a participação do entrevistado em pelo menos uma mesa de debate nos quatro anos anteriores à pesquisa.

A análise das entrevistas se pautou por uma abordagem qualitativa, cujo respaldo metodológico é o princípio sociológico de pesquisa compreensivista, mais especificamente apoiado no pressuposto metodológico de Anthony Giddens (2009) de que existe um processo de *dupla hermenêutica* nesse tipo de pesquisa. Isso significa que o conhecimento sociopolítico passa primeiro pela análise da percepção dos próprios agentes envolvidos, no caso, os entrevistados. Em segunda instância é que passa pelo olhar dos pesquisadores. Esse foi o princípio metodológico que orientou a pesquisa.

Para atender a esse propósito, o procedimento mais indicado é a leitura e releitura das entrevistas na íntegra, a fim de apreender os argumentos acionados e entender as explicações e justificações dos atores entrevistados, conforme orienta o próprio Giddens (2009), ao tecer considerações sobre procedimentos metodológicos orientados por esse desenho de pesquisa. Por essa razão, não utilizamos *softwares* disponíveis para a análise de conteúdo. Tais ferramentas são úteis para estudos que fazem levantamentos qualitativos com outras propostas que não a perspectiva compreensivista no sentido mencionado acima. Geralmente, são estudos focados no repertório utilizado pelos entrevistados, nos termos-chave mais citados, entre outras alternativas relacionadas a mapeamentos de conteúdos (ROBERTS, 2015; VIEIRA, 2019).

Mapeamento da participação dos cientistas sociais nos debates legislativos

Um levantamento sobre a participação dos cientistas sociais nos debates legislativos no período de 2000 a 2017 mostra que há predomínio de representantes do campo da Ciência Política, com 61,55%, como mostra o Quadro 1. Em segundo lugar está a Sociologia, com 26,40%, seguida da Antropologia (12,10%).⁴ A maior quantidade de cientistas políticos se deve à natureza da agenda e ao próprio período estudado, que compreendeu o debate de assuntos diretamente relacionados com as engrenagens eleitorais e partidárias, a exemplos dos diversos ciclos de discussão sobre reforma política e eleitoral, a revisão da Lei dos Partidos Políticos (1995), a Lei Geral das Eleições (2012), a Lei da Ficha Limpa (2012), Lei Anticorrupção (2013), entre outras. O mapeamento também mostra que há predomínio de

⁴ Os dados são relativos ao período de 2000 a 2017 e foram fornecidos pelo Departamento de Comissões da Câmara. O ano de 2000 se justifica por ter sido o ano em que as informações passaram a ser centralizadas e divulgadas no portal da Câmara.

homens em todas as áreas, com maior concentração na Ciência Política (Quadro 1).

Quadro 1 | Participação dos cientistas sociais por área

	Áreas	Número de participações	%
1	Ciência Política	2.400	61,55
	Cientistas políticos	2.171	55,68
	Cientistas políticas	229	5,87
2	Sociologia	1.031	26,40
	Sociólogos	881	22,60
	Sociólogas	226	6,40
3	Antropologia	469	12,10
	Antropólogos	249	6,40
	Antropólogas	229	5,65
	Total	3.899⁵	100

Fonte: elaboração própria, com dados fornecidos pelo Departamento de Comissões da Câmara, 2017..

Em relação aos temas, predominam aqueles relacionados a eleições e partidos políticos, como mostra o **Quadro 2**. Em segundo lugar estão os direitos humanos. Entre os demais temas de maior peso no debate político com a participação de cientistas sociais, estão ainda: educação e cultura; segurança pública; meio ambiente; trabalho, emprego e previdência; e juventude. A participação de sociólogos e antropólogos se dá principalmente nas temáticas relacionadas a direitos humanos e minorias. Esse dado se justifica pela reconhecida atuação desses intelectuais na análise de controvérsias sobre essa agenda, na qual eles atuam segundo o modelo de intelectuais como intérpretes, segundo os termos de Bauman (2000) anteriormente mencionados.

Quadro 2 | Participação dos cientistas sociais por temas

⁵ É necessário esclarecer que o total de 3.899 se refere a participações e não a indivíduos. Assim, um mesmo cientista social pode ter participado várias vezes ao longo do período de 2000-2017. Não foi possível obter dados precisos acerca do total de indivíduos, pois cada comissão fazia seus registros de forma diferente, sem padronização.

	Tema	Cientistas políticos	Sociólogos	Antropólogos	Total
1	Eleições e partidos políticos	368	113	-	381
2	Direitos humanos e minorias	39	194	49	242
3	Educação e Cultura	27	74	40	141
4	Segurança pública	86	86	15	187
5	Meio Ambiente	179	15	31	125
6	Trabalho, emprego e previdência	62	48	09	119
7	Juventude	83	30	-	113
8	Comunicação	18	39	11	68
9	Cidades	36	16	12	64
10	Administração pública	03	36	21	60
11	Economia	23	32	1	56
12	Política externa	127	19	7	53
13	Saúde	27	17	07	51
14	Indústria e comércio	18	13	02	43
15	Esportes e lazer	23	09	-	32
16	Agricultura, pecuária e pesca	02	09	23	34
17	Ciência, tecnologia e inovação	06	16	02	24
18	Assistência Social	01	08	06	15
19	Religião	12	-	-	12
20	Consumo	03	05	-	08
21	Turismo	02	01	3	06
	TOTAL	2.400	1.031	469	3.899

Fonte: elaboração própria.

A escolha dos convidados

A primeira parte da análise se destina a compreender os critérios para a seleção dos cientistas sociais convidados para os debates. A primeira constatação, unânime nos relatos dos servidores entrevistados, é o protagonismo parlamentar na seleção e indicação dos especialistas, pelos mais variados motivos, como revela um dos entrevistados⁶:

Existem casos em que o próprio deputado cita o pesquisador em discurso no plenário, seja para criticar a opinião do especialista, seja para reforçar. Quando é para reforçar, é comum que o deputado indique o acadêmico para uma audiência pública. Nesse caso nem sempre o deputado conhece o especialista, mas o fato de ter gostado da opinião dele, tem muito peso. E isso é muito comum. E acontece de o especialista ficar até agradecido ao deputado por ter sido convidado, principalmente quando se trata de jovens acadêmicos ou de professores de universidade menores, do interior do país.

O relato acima reforça a tese de que a *expertise* é relacional e socialmente construída, conforme discutido anteriormente. O caráter relacional aqui se destaca pelas interações com a finalidade de reforço de certas tendências de opinião, que se estabelecem pela simpatia e afinidade, conforme destacou o entrevistado. Apesar do protagonismo dos parlamentares, os especialistas passam a ter acesso a espaços privilegiados de discussão pública, o que reforça seu capital de experiência e sua reputação.

As entrevistas mostram que não há padrões generalizáveis e que se trata de processos negociados no cotidiano ou de disposições incorporadas pelas equipes burocráticas, a depender de vários fatores como: o perfil do parlamentar, a autoridade científica dos convidados, as eventuais relações entre os parlamentares e os convidados, além da natureza do tema e das próprias circunstâncias relativas à conjuntura legislativa, conforme relata outro servidor:

Os critérios variam muito. Em alguns casos é porque se trata de um pesquisador renomado e respeitado fora da Câmara. Então, o cara é a autoridade naquele assunto. Nesses casos, ninguém questiona a indicação dele. Mas há casos em que os nomes são vetados porque o pesquisador é *persona non grata* na Casa, por ser visto como um opositor ideológico de um determinado deputado, de um partido, de um

líder, do secretário de comunicação da Casa ou mesmo do Presidente da instituição. Isso geralmente é sabido entre nós e a gente mesmo cuida para evitar problemas.

O conhecimento tácito aparece aqui como um elemento importante no trabalho especializado de assessoria parlamentar. Esse conhecimento tácito também é considerado na literatura como uma forma de *expertise*, pois é adquirido a partir da socialização profissional, por meio de atividades altamente especializadas e da convivência com os agentes burocráticos e políticos (COLLINS; EVANS, 2007). Giddens (1991) é outro autor que também valoriza muito o conhecimento tácito, como um guia que orienta as ações dos sujeitos no mundo social.

Outro aspecto a ser destacado na análise é que os relatos apontam para uma gama de mecanismos de controle de opinião nos debates legislativos, com um amplo repertório de categorias nativas nesse sentido. Há informantes que usam termos como “censura”, “controle”, “mando”, “vigilância ideológica”, entre outros, conforme mostra um dos depoimentos:

Existe censura e vigilância ideológica em todas as áreas da Casa, desde uma audiência pública, um debate na TV, ou um seminário. Todo tipo de opinião na Casa tem controle sim, seja de forma direta ou indireta. Tudo precisa ser autorizado por um deputado ou alguém de confiança dele, mesmo as coisas mais simples e banais. A gente sempre procura se resguardar, pois é comum de se ouvir depois de uma opinião publicada que não agradou a um parlamentar: ‘quem autorizou’? Por isso quem trabalha com isso já sabe como agir.

Mais uma vez percebemos a força do conhecimento tácito e a atuação das equipes de assessoria como intérpretes do pensamento e anseio dos parlamentares no que se refere ao escopo temático dos debates, ou seja, o que será enfatizado e o que será silenciado. Constatamos aqui um regime discursivo de pluralismo disciplinado, regulado pelas percepções tácitas dos assessores, em consonância com o que eles acreditam que poderá agradar ou desagradar os parlamentares. Nos termos de Bauman (2010), podemos concluir que os assessores e técnicos atuam como intérpretes das controvérsias internas ao parlamento, enquanto os especialistas convidados para os debates atuam como intérpretes das controvérsias públicas ou publicizadas.

O discurso dos entrevistados nos leva a deduzir que eles admitem a existência de um *habitus* burocrático moldado pela experiência e as práticas de controle de opinião e de vigilância ideológica. Na linguagem dos servidores, esse *habitus* se manifesta sob a forma de uma constante vigilância cotidiana. “O que eu acho mais forte e mais generalizada é a censura prévia, ou seja, aquela percepção que já faz parte do modo de pensar dos servidores”, relata um dos informantes.

Segundo essa interpretação, “nem precisa de uma proibição explícita de um diretor, de um chefe de gabinete ou mesmo de um deputado”, complementa o mesmo entrevistado. Em sua avaliação, “já sabemos que se as opiniões de um certo cientista político não são bem-quistas pelo presidente da Casa ou pelo relator da comissão, não podemos convidá-lo”. Os servidores se referem ainda às informações de bastidores, que são compartilhadas pelos colegas da burocracia. Um exemplo citado foi o planejamento de um seminário sobre liberdade de expressão, no qual “antes de passarmos a lista de convidados para o nosso diretor, um colega alertou que um dos convidados tinha publicado um artigo em um blog criticando a TV Câmara e o próprio diretor de comunicação da época. Na mesma hora, o nome dele foi substituído por outro convidado”.

Durante as entrevistas houve quem afirmasse de forma generalizada que “o controle de opinião existe em todos os níveis, até no caso dos próprios deputados. São poucos os que podem opinar livremente sobre o que quiserem”. Mas no caso específico de convidados externos, observa-se que há uma escala de controles, “dependendo da área e do teor de polêmica envolvida no debate”, conforme relatam os informantes. “Existem casos em que o próprio secretário de comunicação da Casa, que atualmente é um deputado, verifica tudo e veta os nomes e temas de discussão a critério dele e daquilo que ele pensa que poderia desagradar o Presidente da Câmara”, relata outro servidor. Outros entrevistados tendem a relativizar a vigilância ideológica, ao argumentarem que “as situações variam, em função do perfil dos dirigentes”:

Já tivemos presidentes que nunca exerceram controle explícito e nem se sentiram ofendidos se um cientista social emite uma opinião crítica sobre o Legislativo ou sobre os deputados. Mas há períodos em que o perfil e o estilo de gestão do presidente intimida as pessoas, a ponto de se cancelar debates, de se vetar nomes de convidados ou de evitar fazer determinados tipos de pergunta aos convidados, porque já sabemos que ‘cabeças vão rolar’ na mesma hora”.

Mas também registramos depoimentos que negam essa perspectiva da vigilância ideológica ou do controle de opinião, com justificações que adotam uma visão de que práticas de controle seriam inevitáveis e inerentes ao universo institucional. “Eu não diria que haja censura na Câmara. Não chamaria de censura o que parece ser comum e corriqueiro, não só aqui, mas em qualquer instituição, seja pública ou privada. Eu chamaria de controle”, relata um dos depoentes, com a seguinte complementação: “Acho legítimo esse tipo de controle, caso contrário vira anarquia”. Nessa linha de raciocínio, tais práticas são naturalizadas e até defendidas, como sendo parte do processo político: “além disso, os deputados vivem de fazer política. Portanto não se pode querer impedir que eles façam política”. Assim, “convidar um especialista cuja opinião vai fortalecer o ponto de vista e a atuação de um parlamentar é fazer política. Não há nada errado nisso. Estranho é se isso não acontecesse em uma casa política”, argumentou o entrevistado.

Segundo esse enquadramento argumentativo, faz parte desse jeito de “fazer política” até mesmo a arquitetura da composição das controvérsias nos debates legislativos:

Há situações em que é interessante para o deputado mostrar o contraditório. Por isso ele convida alguém para a audiência pública que já se sabe que vai expressar opinião contrária ao deputado. Mas ele precisa disso para não ser acusado de autoritário ou de desconsiderar a opinião dos adversários. Mas, na mesma ocasião, ele convida alguém, geralmente mais respeitado e mais conhecido, para reforçar sua opinião. Dessa forma, o contraditório é registrado, mas não tem a mesma força.

Da mesma forma que as controvérsias podem ser encenadas, como estratégia política, outros depoentes argumentam que há convidados com efeitos ornamentais:

Existem casos em que os especialistas convidados são figuras ornamentais. Eles são figurões, um cientista político respeitado, por exemplo, mas ele não vai ter o devido espaço para falar. É só para compor a mesa e ficar registrado que ele compareceu. Isso rende muito para a imagem da Câmara, da comissão e do próprio deputado que preside a sessão.

Por outro lado, os informantes argumentam que “existem convidados que são do tipo ‘donos de um assunto’. Por isso eles estão presentes, mesmo quando contrariam interesses políticos. Eles conquistaram a autoridade naquele assunto e pega mal se a gente não convidá-los”. Trata-se, portanto, de uma típica figura que se enquadra na categoria de intelectual como intérprete de controvérsias, como denomina Bauman (2010).

Por se tratar de uma agenda muito ampla, com múltiplas possibilidades de abordagem, os servidores entrevistados reconhecem as diversidades de situações e nuances envolvidas nas dinâmicas que envolvem a seleção de convidados, de temas e os modos de perspectivar as discussões:

Há áreas mais e menos sensíveis do ponto de vista político e ideológico. Existem aqueles grandes temas que são unanimidade nacional e nenhum parlamentar tem coragem de se posicionar contra, como educação, saúde, transportes, segurança etc. Existe, portanto uma agenda legislativa pacífica e outra conflitiva, com temas proibidos, patrulhamento ideológico. Quem trabalha aqui tem que aprender a lidar com isso e tentar tirar vantagem disso em vez de achar que esse tipo de controle é sempre totalmente negativo. Ou seja, em vez de achar que isso vai impedir seu trabalho, procurar formas de adaptação ao sistema e não de oposição.

O depoimento acima chama atenção para zonas discursivas de maior pluralismo e liberdade de expressão e outras que ainda não disciplinadas, reguladas e limitadas no debate legislativo. Isso mostra quão complexa é a gestão dessas agendas, reforçando a relevância do conhecimento tácito e da *expertise* burocrática para lidar com essa complexidade. É nesse cenário de aparentes consensos e árduas lutas discursivas que se insere a participação dos cientistas sociais nos debates sobre temas da agenda legislativa, conforme será abordado a seguir.

A visão dos cientistas sociais

A análise das entrevistas com os cientistas sociais mostra que esses atores seguiram a perspectiva de intelectuais entendidos como intérpretes, nos termos de Bauman (2010), abordando a questão sob uma ótica pluralista e abrangente. Um dos entrevistados relata que:

A minha experiência nos debates da Câmara foi positiva. Eu tive espaço para desenvolver meus argumentos e acho isso muito importante para não ficar algo puramente ornamental. Se convidam um especialista é necessário permitir que ele fale e exponha o seu ponto de vista. Em relação a isso, eu nunca tive problemas nos debates dos quais participei na Câmara” (BRAGA, 2016).

Essa perspectiva do adequado espaço argumentativo é reforçada por outro cientista social entrevistado que ressalta que, com o devido espaço, os cientistas sociais podem atuar como “bons tradutores dos achados de suas pesquisas relativas às pautas legislativas realmente existentes” (FELTRAN, 2016). Outro informante ressalta, contudo, a necessidade de espaços mais aprofundados para a apresentação de “dados concretos sobre o funcionamento do poder legislativo, dados que são importantes para fundamentar as teorias e pesquisas sobre o sistema político brasileiro, o que favoreceria a compreensão inclusive das limitações do debate parlamentar (VOGEL, 2017).

Limongi (2016) chama atenção para a necessidade de se entender o debate público de forma mais abrangente, além das esferas estritamente institucionais representadas pelas audiências públicas e os seminários legislativos. Assim, em sua opinião, a contribuição dos cientistas sociais “não se limita àqueles debates realizados na arena legislativa, mas também aqueles que são realizados por outras entidades, que dialogam com o parlamento”. Barreto (2016) complementa que os cientistas sociais também colaboram nos debates fornecendo informações, quando solicitados, as quais são úteis “como fonte para parlamentares em pronunciamentos, projetos propostos ou na atuação do próprio parlamentar em comissões legislativas”. Tal visão reforça a ideia da participação de especialistas nos debates legislativos como uma forma de serviço público prestado ao parlamento e à sociedade, conforme abordado na primeira parte do texto.

Nessa perspectiva de serviço público, Lavallo (2016) destaca que os cientistas sociais contribuem continuamente, “mostrando os efeitos conhecidos de escolhas institucionais, ou os comportamentos plausivelmente induzidos por tais escolhas”. Além disso, “também elucidam as implicações normativas dessas escolhas”. Moisés (2016) ressalta que debates sobre política de modo geral são extremamente úteis para chamar a atenção do público sobre as questões de fundo envolvidas no tema, “algo usualmente pouco transparente no noticiário geral”.

Outra forma destacada pelos entrevistados diz respeito à atuação dos cientistas sociais para “contribuir para a discussão política ao oferecer argumentos embasados no estado da arte de pesquisas sobre o funcionamento de instituições democráticas, bem como do possível efeito que mudanças institucionais possam ter para o jogo político” (COUTO, 2016). Para Silva (2015), a sistematização de dados da realidade empírica pelos cientistas

sociais contribui para “elucidar as discussões tangenciadas pelos processos legislativos”. Tudo isso se coaduna com a perspectiva de serviço público já mencionada e com a visão de intelectuais como intérpretes da realidade (Bauman, 2010).

Bruno Speck ressalta que, apesar de relevantes no processo argumentativo, os cientistas sociais não devem ser considerados protagonistas do processo, mas colaboradores, a serviço do debate público. “Cabe aos cidadãos, e por extensão aos seus representantes no Congresso, definir as prioridades. E os cientistas sociais, o que têm a contribuir? Uma contribuição é a comparação de sistemas regulatórios, os caminhos mais indicados para chegar ao destino desejado (SPECK, 2015). Além disso, o pesquisador ressalta que as Ciências Sociais e Políticas “podem orientar cidadãos, movimentos cívicos e políticos sobre as ferramentas mais adequadas para alcançar cada um dos três (ou quaisquer outros) objetivos”.

Nessa mesma linha de raciocínio, outro especialista ressalta que:

A participação de cientistas sociais enriquece os debates sobre os principais temas da atualidade. Os parlamentares não dariam conta de radiografar a complexa realidade do país, implicando soluções estreitas ou estrábicas para esses problemas. Esses, envolvidos pelas pressões de suas conexões eleitorais e pelo labor prático, acrescentariam ao debate viés marcadamente pessoal.

Mesmo a colaboração qualificada de consultores e cientistas sociais que pertencem aos quadros da Câmara enviesaria a compreensão sistêmica do quadro sociopolítico nacional, de vez que esses servidores, ainda que de forma inconsciente, estariam contaminados pela terra subjetiva e ideológica em que diariamente pisam.

Assim, cientistas sociais, que tem como seu *metier* se debruçarem sobre as principais questões que moldam nosso arcabouço social, tem muito a acrescentar às discussões. Além dessa lupa que desvela o *ethos*, o *pathos* e o *logos* que nos caracterizam como povo singular, os cientistas sociais oxigenam os debates dos temas mais candentes de interesse público (BROD, 2017).

O mesmo entrevistado argumenta que audiências públicas, seminários, comissões gerais e outras formas de debates “são fundamentais para se auscultar tanto o estado da arte do que se discute na academia quanto para se tomar o pulso do que a sociedade civil pensa sobre todos os assuntos que lhe dizem respeito”. Por essa razão, complementa: “acho positivo que os debates aqui na Câmara dos Deputados contem cada vez mais

com a contribuição desses cientistas, que possibilitam aos parlamentares, à sociedade em última análise, opções variadas de forma e conteúdo para melhor orientar seu labor legislativo” (BROD, 2017).

Nessa perspectiva, os debates legislativos “constituem um importante mecanismo de produção de consensos ou dissensos que determinam o processo decisório. O alargamento do âmbito desses debates, de forma a integrar o máximo a sociedade civil poderia favorecer a qualidade e o produto do processo decisório” (SILVA, 2015).

O **Quadro 3** apresenta uma síntese dos argumentos apontados pelos entrevistados, sob a ótica da contribuição dos cientistas sociais para os debates legislativos.

Quadro 3 | Síntese da perspectiva dos cientistas sociais – aspectos positivos dos debates

	Itens destacados
1	Ampliação do espaço argumentativo da política
2	Aperfeiçoamento da qualidade do processo decisório
3	Apresentação de dados sobre o funcionamento de instituições da democracia
4	Apresentação de dados e ideias para fundamentar a argumentação
5	Comparação de sistemas, processos e práticas
6	Compreensão sistêmica dos quadros políticos
7	Elucidação e esclarecimento das implicações normativas das escolhas políticas
8	Envolvimento da atenção do público para os temas em debate
9	Instrução de projetos legislativos
10	Orientação de cidadãos, movimentos cívicos e políticos
11	Qualificação dos debates parlamentares
12	Sistematização de dados da realidade empírica para confronto com as propostas políticas
13	Tradução de achados de pesquisas atinentes às pautas legislativas

Fonte: elaboração própria.

Ressalvas

Apesar de reconhecerem o valor e as múltiplas possibilidades de uso e aplicação prática dos debates legislativos com a participação de cientistas sociais, os entrevistados também apresentam críticas e ressalvas. Cabe ressaltar que esse é um dos objetivos da pesquisa, ou seja, captar as perspectivas críticas dos próprios cientistas sociais que já participaram, participam ou acompanham essas discussões. As críticas e ressalvas apresentadas pelos próprios entrevistados são relevantes para a compreensão das dinâmicas em que esses debates se inserem, seus efeitos e resultados concretos.

Nesse sentido, é emblemático o depoimento de Rita Segato:

Os debates no Legislativo ficam muito no plano do fazer de conta. Não percebo que haja discussão efetivamente. Parece mais algo ornamental ou simplesmente para constar nos documentos. Refiro-me principalmente ao caso das audiências públicas. Quando eu fui convidada a falar na Comissão de Direitos Humanos sobre temáticas indígenas, não percebi interesse dos parlamentares. Poucos passaram por lá. Além disso, os deputados contribuem muito pouco para aprofundar o debate. Limita-se a uma questão de opinião pela opinião. Cada um marca a sua posição e fica por isso mesmo. Não vejo como a participação de especialistas pode contribuir efetivamente para esclarecer determinadas controvérsias (SEGATO, 2016).

A pesquisa também registra outros depoimentos que reiteram a perspectiva apontada acima, mas ressaltam o poder dos parlamentares como agentes de construção dos pacotes interpretativos que serão moldados durante os debates, incluindo o poder de veto a determinados discursos e até mesmo em relação aos próprios convidados:

O debate em uma audiência pública não é efetivamente um debate. Primeiro porque o tempo é muito limitado e geralmente, com os atrasos, o deputado que preside a sessão acaba reduzindo ainda mais o tempo de fala dos especialistas. É um debate só para constar em ata e no relatório da comissão. Além disso, é o deputado que tem o poder de veto em relação à lista de convidados. Ele decide quem fala e quem não fala, além do tempo. É um deputado que, ao presidir a sessão, direciona o debate. Direciona quando faz as perguntas e quando estabelece a ordem e o tempo das falas e quando permite ou impede perguntas da plateia ou de internautas (LIMA, 2017).

Outro depoimento reitera essa perspectiva do baixo engajamento e interesse dos parlamentares, complementando que as audiências públicas e os demais eventos podem ser usados de forma instrumental pelos parlamentares, como mecanismo de projeção de sua imagem, ou seja, como uma ferramenta de política de visibilidade do mandato e de reputação pessoal:

Como sabemos, as audiências públicas são realizadas para a instrução de projetos legislativos, debate de tema relevante e convite a autoridades governamentais. No aspecto de contribuir com o aprimoramento dos projetos de lei em tramitação, penso que as audiências, apesar de realizadas em grande quantidade, são pouco efetivas. Elas, na verdade, consistem em atividade do parlamentar para mostrar serviço às bases. Quando numa audiência são convidadas mais de quatro especialistas, fica realmente muito complicado poder se chegar a um debate efetivamente. Há audiências com 12 participantes, o que é improdutivo (LIMA, 2017).

Além de reiterar certas críticas e ressalvas que são recorrentes, outros entrevistados chamam atenção para o uso político do capital de *expertise* dos cientistas sociais pelos parlamentares, com o intuito de usufruir do capital simbólico das falas peritas expostas durante as audiências públicas. O discurso científico é acionado, portanto, como forma de capitalizar a visibilidade parlamentar, especialmente com a reprodução nas redes sociais digitais. Trata-se de uma forma estratégica de usar o capital simbólico dos **lugares neutros** e a credibilidade técnica ou **expertocracia** (PINZANI, 2013). O regime de opinião caracterizado pela racionalidade e discussão ancorada na *expertise* intelectual ou conhecimento perito é utilizado pelos parlamentares para constituir **discursos fortes**, conforme explicado anteriormente. Em suma, as **lógicas adversárias** (KANT DE LIMA, 2010) que ressaltam a **autoridade do argumento** são usadas de forma instrumental pelos parlamentares para reforçar o **argumento de autoridade** dos agentes legislativos. Um dos depoimentos resume bem essa perspectiva:

O conhecimento dos especialistas é muito pouco aproveitado nos debates legislativos. Em primeiro lugar pelo atraso que é comum nesses eventos. Todo mundo fica horas esperando os deputados. Quando eles chegam é só para anunciar que estão com mil compromissos e que terão que abreviar o debate. É só para usar o microfone e garantir a transmissão pela TV Câmara e pela internet para depois reproduzir nas redes sociais. A impressão que passa é que eles não estão interessados em debate. Só querem cumprir as formalidades e os rituais. Tem que fazer audiência pública, então seja feita. Tem que convidar especialistas no tema, que assim seja, mas eles

não estão nem aí para discussão acadêmica. O que querem é usar o prestígio dos pesquisadores e acadêmicos (SILVA, 2015).

Além das questões relacionadas à dinâmica dessas atividades, com um olhar sobre o próprio cotidiano acerca desse modo operatório da **política em ação** ou do **Estado em ação** como denomina Höfling (2001)⁷, há alguns depoimentos que chamam atenção para a paisagem estrutural mais ampla na qual esse cotidiano se desenvolve:

Os potenciais e limitações ocorrem em função que questões estruturais, como o mau condicionamento ou desinformação dos debatedores, o déficit de instrumentos para alargar o alcance do debate e concentração de poderes de agenda em órgãos de cúpula do Legislativo (FERNANDES, 2017).

As limitações da Casa como foro de debates estão em sua própria natureza e composição. O *mainstream* dos debates seguirá sempre a característica político-ideológica dominante na legislatura em vigor. Não há como fugir dessa imposição, tendo em vista que essas correntes tendem a dominar a designação dos acadêmicos e especialistas que serão convidados a relatar sua experiência e conhecimento científico (BROD, 2017).

Considerando esse cenário institucional mais abrangente, há relatos que colocam em relevo as complexidades desses debates, ao explorar aspectos que vão além das dinâmicas cotidianas e da vontade de poder dos parlamentares, sem generalizações:

Eu acho que há dois tipos de debates que são feitos na Câmara: os debates políticos e as discussões técnicas. Logicamente todos são políticos, pois estamos em uma casa política, mas há uma diferença. Os temas como direitos humanos, meio ambiente, família etc. são permeados por convicções políticas no sentido ideológico, enquanto os seminários realizados pelo Conselho de Altos Estudos por exemplo, são predominantemente técnicos. Cito alguns, como os seminários sobre petróleo, aquíferos, manguezais. O debate técnico é mais evidente e os atores da discussão são os cientistas. Nessas ocasiões pega bem para os deputados aplaudirem os pesquisadores. Eles é que são autoridades no assunto. Já no caso dos temas permeados de convicções ideológicas, interessa mais aos parlamentares que os cientistas sociais sejam convidados para reforçarem o discurso ideológico parlamentar (VOGEL, 2017).

Eu vejo que são muitos os casos e situações e que não dá para colocar nada preto

⁷ O autor se refere às políticas sociais em processo de formulação e reformulação, ou seja, em discussão.

no branco. Tudo depende de muitos fatores. Depende da comissão, do tema, do comando político da Casa, do partido do relator, da base eleitoral dele, do que a mídia está divulgando sobre o tema, depende do que os adversários políticos do parlamentar estão falando. Em resumo, depende de muita coisa. Acho que isso é a única regra geral. O resto tudo é relativo (BROD, 2017).

Por fim, chamamos atenção para um depoimento que ressaltou a relevância desses debates para os próprios cientistas sociais, como uma experiência de deslocamento intelectual, isto é, uma experiência de participar de uma discussão em um espaço que funciona com lógicas diferenciadas em relação ao campo acadêmico. O relato destaca que o deslocamento do **lugar neutro** da academia em que as perspectivas da **doxa intelectual** como uma instância de interpretação, como salientou Bauman (2010), pode contribuir para a própria reflexão dos cientistas sociais:

Na minha experiência concreta, como participante de uma audiência pública sobre direitos indígenas, a principal beneficiada fui eu mesma, pois eu tive que pensar sobre o tema e situá-lo no contexto de uma discussão específica, cujo enfoque me foi posto pela própria comissão que promoveu o debate. Dessa reflexão resultou um artigo que foi publicado, o qual me fez reformular algumas categorias analíticas.⁸ Ao discutir o problema do infanticídio indígena, por exemplo, os antropólogos costumam utilizar-se da categoria de relativismo cultural. Ao participar do debate, porém, eu percebi que esse não é um argumento válido no contexto das decisões públicas. Nesse sentido, a experiência de participar dos debates promovidos pelo Poder Legislativo torna-se mais interessante para os próprios cientistas sociais, como exercício de reflexão (SEGATO, 2016).

Esse relato, apesar de particular, remete para a ideia mais ampla de que “... nas Ciências Sociais de uma maneira geral, o conhecimento não se adquire apenas por métodos científicos, mas também pelo conhecimento sensível oriundo da nossa experiência no mundo social” (TANGUY, 2012, p. 44).

O Quadro 4 apresenta um resumo das ressalvas e críticas apresentadas pelos entrevistados, a título de sistematização dos argumentos apresentados pelos entrevistados.

Quadro 4 | Síntese da perspectiva dos cientistas sociais – aspectos negativos dos debates

	Itens destacados
1	Debates ornamentais
2	Discussões sem efetividade
3	Desinformação dos debatedores e dos parlamentares
4	Déficit de instrumentos para ampliar o alcance dos debates
5	Excesso de expositores nas audiências públicas
6	Falta de aprofundamento das discussões
7	Falta de engajamento dos parlamentares nas discussões
8	Limitações inerentes às dinâmicas legislativas

Fonte: elaboração própria.

Conclusões

A pesquisa aqui apresentada teve como objetivo examinar, sob a ótica dos próprios cientistas sociais, como eles avaliam a participação de acadêmicos desse campo nos debates políticos promovidos pela Câmara dos Deputados na agenda legislativa. O estudo, focado nos suportes teóricos da Sociologia Política, pretende contribuir para a compreensão de como a *expertise* intelectual do campo das Ciências Sociais pode dialogar com a *expertise* política e burocrática. Apesar de se tratar de um estudo inicial, que ainda carece de aprofundamentos, a pesquisa aponta para algumas questões relevantes.

A primeira conclusão é a de que os modos de perspectivar as contribuições dos cientistas sociais são variados e controversos, os quais podem ser agrupados inicialmente em duas abordagens: os efeitos positivos e as limitações, com a ressalva de que a ênfase foi posta nos aspectos positivos, conforme foi possível observar no decorrer da análise. Em suma, apesar de críticos, os entrevistados acreditam no debate, na força racional da argumentação lógica e, por extensão, no próprio capital de *expertise* das Ciências Sociais. Trata-se de uma forma de valorizar sua própria *expertise* e suas habilidades de intérpretes do mundo social. Cabe ressaltar que não se trata, contudo, de uma visão cega ou acrítica, conforme foi demonstrado durante a análise.

Um breve balanço dos pontos positivos apontados pelos entrevistados mostra que há uma prevalência na percepção do valor do próprio debate como método político de construção de perspectivas, mediante a valorização das lógicas contraditórias (KANT DE LIMA, 2010) e do papel do cientista social como *intelectual intérprete* (BAUMAN, 2010). Esse papel social dos especialistas em temas relacionados ao amplo campo dos debates legislativos é valorizado na percepção dos entrevistados, por se tratar ainda de uma forma de ampliar o pluralismo de perspectivas e *doxas* nos debates políticos protagonizados pelo Poder Legislativo, uma vez que tanto a academia como as instituições legislativas, sob a ótica normativa, são vistos como espaços típicos do regime de opinião pautado pelo pluralismo (HABERMAS, 1994).

Nessa perspectiva, os entrevistados ressaltaram como elementos positivos os seguintes aspectos, com ênfase para as audiências públicas: (a) a ampliação dos espaços discursivos da representação política; (b) possibilidades de maior captação e envolvimento da atenção e da participação pública na agenda de debates do legislativo; (c) abertura de desenhos argumentativos que favoreçam a orientação e a participação de cidadãos individualmente e de coletivos sociais, como os movimentos cívicos e políticos; (d) possibilidade de ampliar os espaços de discussão e interlocução entre os cientistas sociais – como intérpretes da realidade – e os legisladores políticos; (e) contribuições para aperfeiçoar e qualificar os debates parlamentares e as decisões nas arenas legislativas; (f) oportunidades de reflexão e de aprimoramento discursivo dos próprios cientistas sociais que são convidados para os debates.

No plano das ressalvas, há algumas controvérsias que foram enfatizadas, as quais contemplam dois níveis. O primeiro e o que aparece com mais relevo diz respeito às dinâmicas concretas do campo experiencial em que os debates são realizados, com ênfase para as audiências públicas. Nesse quesito, os entrevistados criticam: (a) a postura dos parlamentares, com pouco interesse e baixo engajamento nas discussões; (b) a forma como os debates são conduzidos, com o controle total dos parlamentares, quanto ao tempo de fala dos convidados; (c) a rotatividade dos deputados nos debates, só para garantir o registro de sua presença e a conseqüente visibilidade nas mídias institucionais e nas redes sociais digitais; (d) o excesso de convidados para alguns debates, com prejuízo da profundidade e consistência das discussões; (e) a desinformação de alguns parlamentares sobre os temas em pauta; (f) a realização de debates “só para constar”.

O segundo plano das ressalvas e críticas diz respeito à esfera conjuntural mais ampla, as quais exercem interferências nas dinâmicas, nos processos e resultados dos debates. Entre esses fatores, os entrevistados ressaltaram as especificidades temáticas e as particularidades de cada comissão, os fatores institucionais que podem causar descontinuidades ou interrupção dos debates.

Além disso, cabem ainda algumas reflexões mais amplas sobre o papel das Ciências Sociais nesse cenário discursivo dos debates legislativos. Certamente trata-se de um campo de pesquisas ainda a ser explorado de forma mais detalhada. Mesmo aqui, no caso em tela, após a conclusão do levantamento, percebemos a necessidade de aprofundamento de como esses debates ocorrem, quais os temas são mais passíveis de controvérsias e como essas controvérsias são tratadas. Além disso, como desdobramentos do trabalho, temos como propósito examinar como se dá a participação de especialistas por área específica de conhecimento, a fim de observar eventuais convergências ou modos operatórios específicos e diferenciados em cada área: Antropologia, Ciência Política e Sociologia.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, M.W.B. As Ciências Sociais e seu compromisso com a verdade e com a justiça. *Mediações*, v. 20, n.1, p.260-284, 2015.

ARENDT, H. Entre o passado e o futuro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

BARRETO, A.B. Entrevista ao autor, por e-mail, 30/09/16.

BAUMAN, Z. *Legisladores e intérpretes: sobre modernidade, pós-modernidade e intelectuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BAUMAN, Z. Em busca da política. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

BOLTANSKI, Luc. *El amor y la justicia como competencias*. Buenos Aires: Amorroutu, 2000.

BOURDIEU, P. *Contafogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BOURDIEU, P.; BOLTANSKI, L. *La production de l'idéologie dominante*. Paris: Demopolis, 2008.

BOURDIEU, P. L'essence du néolibéralisme. *Le Monde Diplomatique*, março, 1998. Disponível em: <http://www.monde-diplomatique.fr/1998/03/BOURDIEU/3609> Consultado em 28/06/14.

BOURDIEU, P. O campo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, p.193-216.

BRAGA, R. J. Entrevista ao autor. Brasília, 22/09/16.

BROD, J. L. Entrevista ao autor. Brasília, 23/09/17.

CARLOMAGNO, Márcio. O que podemos responder pesquisando assessorias parlamentares? Agenda de investigação. *BIB Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, nº 88, p. 1-23, 2019.

CHAUÍ, M. Intelectual engajado: uma figura em extinção. *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 19-43, 2006.

CHIARAMONTE, C. R. *Doxa intelectual: conceito e emprego em um caso brasileiro. Primeiros Estudos*, v. 3, p. 84-103, 2012.

COLLINS, H.; EVANS, R. *Rethinking expertise*. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.

COUTO, C. Entrevista ao autor, por e-mail, 17/09/16.

FELTRAN, G. Entrevista ao autor, por e-mail, 02/10/16.

FERNANDES, E. Entrevista ao autor, por e-mail, 02/10/17.

FERREIRA, C. A. Entrevista ao autor, por e-mail, 28/09/16.

GIDDENS, A. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.

GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

HABERMAS, J. *Comentários à ética do discurso*. Lisboa: Instituto Piaget, 1999. 202p.

_____. *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes. 2002. 540p.

_____. *Historia y crítica de la opinión pública*. Barcelona: G. Gili, 1994.

HÖFLING, E. de M. Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos Cedes*, v. 21, n. 55, p. 30-41, 2001.

KANT DE LIMA, R. Polícia, justiça e sociedade no Brasil: uma abordagem comparativa dos modelos de administração de conflitos no espaço público. *Revista de Sociologia e Política*, nº 13, p. 23-38, 2010.

LAVALLE, A. G. Entrevista ao autor, por e-mail, 19/10/16.

LIMA, R. Entrevista ao autor. Brasília, 29/09/17.

LIMONGI, F. Entrevista ao autor, por e-mail, 05/10/16.

MOISÉS, J. A. Entrevista ao autor, por e-mail, 29/09/16.

PINTO, L. *Le café du commerce des penseurs: à propos de la doxa intellectuelle*. Paris: Editora du Croquant, 2009.

PINZANI, A. *Democracia versus tecnocracia: apatia e participação em sociedades complexas. Lua*

Nova, n. 89, p.135-168, 2013.

REAY, M. Academic Knowledge and Expert Authority in American Economics. *Sociological Perspectives*, v. 50, n. 1, p. 101–129, 2007.

ROBERTS, M. *et al.* Computer-Assisted Text Analysis for Comparative Politics. *Political Analysis*, Cambridge, UK, v. 23, p. 254-277, 2015.

SEGATO, R. Entrevista ao autor, por telefone. Brasília, 11/09/16.

SPECK, B. Escolhendo caminhos sem saber onde chegar. *Valor Econômico Online*, 27/04/2015. Disponível em: <http://www.valor.com.br/politica/4022058/escolhendo-caminhos-sem-saber-onde-chegar> Consultado em 05/05/15.

SILVA, E. F. Entrevista ao autor. Brasília, 27/10/15.

TANGUY, L. *A Sociologia: ciência e ofício*. *Educação & Sociedade*, v. 33, n. 118, p. 33-46, 2012.

TOKUMOTO, Alessandro; FILIPI, Thais Madeira. O conceito de *expertise* e sua aplicação: o caso dos ministros da Fazenda e presidentes do BNDE no Brasil (1930-1964). *Agenda Política*, v. 6, n. 1 (2018): 213-246.

VECCHIOLI, V. *Expertise jurídica y capital militante: reconversiones de recursos escolares, morales y políticos entre los abogados de derechos humanos en la Argentina*. *Pro-Posições*, v. 2, n. 59, p. 41–57, 2009.

VIEIRA, Ricardo Modesto. Métodos de análise automatizada de conteúdo aplicados aos discursos parlamentares. *E-legis*, Brasília, n. 30, p. 157-180, set./dez. 2019.

VOGEL, L. H. Entrevista ao autor. Brasília, 26/09/17.

Antonio Teixeira de Barros

 <http://orcid.org/0000-0002-3061-8202>

Centro de Formação da Câmara dos Deputados (CEFOR). Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Docente e pesquisador do Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação da Câmara dos Deputados (CEFOR).

E-mail: antonibarrosgmail.com

Apêndice 1

Roteiro da entrevista com os servidores da Câmara

1. Como são escolhidos os cientistas sociais para participarem dos debates promovidos pelas comissões permanentes da Câmara?
2. Qual o peso da opinião dos presidentes das comissões para acatar ou rejeitar a indicação de nomes de cientistas sociais para o debate legislativo?
3. Na sua avaliação existe censura ou controle nesse processo?

Apêndice 2

Roteiro da entrevista com os cientistas sociais

1. Como você avalia a sua participação e dos demais cientistas sociais nos debates promovidos pelas comissões permanentes da Câmara?
2. Que aspectos positivos você destaca desse debate?
3. Há ressalvas e críticas de sua parte? Quais?
4. Como os cientistas sociais podem contribuir para o debate legislativo?